

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

REQUERIMENTO Número /XI
(.ª)

PERGUNTA Número /XI
(.ª)

Assunto: Oferta de trabalho ilegal a falsos recibos verdes e salários em atraso nas comemorações do Centenário da República

Destinatário: Ministério da Presidência

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Bloco de Esquerda que se está a recorrer a falsos recibos verdes como forma de recrutar trabalhadores para as comemorações do Centenário da República. Esta forma ilegal de relação laboral está a acontecer relativamente aos e às guias-assistentes das exposições “Viajar” e “Corpo”, onde apesar de existir um horário de trabalho, folgas definidas, inserção numa equipa, subordinação hierárquica, utilização das instalações e até da indumentária da entidade contratante, não foram realizados contratos de trabalho com estas pessoas, numa situação que viola claramente a lei.

Mais ainda, é do conhecimento do Bloco de Esquerda que estes trabalhadores, recrutados há mais de 10 semanas, ainda não receberam quaisquer honorários, encontrando-se por isso os seus vencimentos em atraso.

É inaceitável que, num programa que conta com cerca de 10 milhões de euros de orçamento, exista este desrespeito por estes trabalhadores e o recurso à ilegalidade laboral. É mais inaceitável ainda tratando-se de um programa de comemoração do Centenário da República, cujo conteúdo se materializa precisamente no conjunto de direitos cívicos, políticos e sociais da Constituição e no respeito pela Lei, nomeadamente pelas leis laborais à margem das quais todo este processo de recrutamento de trabalhadores se encontra.



Com falsos recibos verdes, estes verdadeiros trabalhadores por conta de outrem não só se vêem privados de direitos elementares (como o direito à protecção na doença, no desemprego ou mesmo o direito à greve consagrado na Constituição da República) como o Estado foge às contribuições à Segurança Social que deveria fazer relativamente a estes trabalhadores.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Presidência, as seguintes perguntas:

- 1) O Ministério da Presidência tem conhecimento desta situação de ilegalidade?
- 2) Por que razão não foram celebrados contratos de trabalho com estes trabalhadores, pelo período em que as suas funções são necessárias, como exige a Lei?
- 3) Considera o Ministério aceitável que, na própria organização das comemorações do Centenário da República, se viole tão flagrantemente o seu espírito e Lei máxima?
- 4) Por que razão não foram ainda pagos quaisquer honorários a estes trabalhadores?
- 5) Que medidas pretende o Ministério tomar para regularizar a situação destes trabalhadores?

Palácio de São Bento, 28 de Setembro de 2010.

O Deputado

José Soeiro